

447

**ENTRE A LEI FORMAL E A PRÁTICA JURÍDICA: OS DISCURSOS DOS OPERADORES JURÍDICOS NAS AÇÕES INVESTIGATÓRIAS DE PATERNIDADE.** *Aline Cristiane Roza da Silva, Leticia da Luz Tedesco, Claudia Lee Williams Fonseca (orient.)* (Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS).

A partir de uma pesquisa sobre processos judiciais de investigação de paternidade no RS, desenvolvido em diversos espaços do sistema judiciário (Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Depto. Médico de Justiça, 5ª Vara de Família e Projeto Conciliação), propomos investigar: - as representações jurídicas acerca do gênero no Brasil contemporâneo que regem os processos ou a resolução legal das disputas de paternidade (conflitos de reconhecimento); - o impacto da tecnologia através dos testes de DNA como elemento novo neste cenário; - tanto a lei formal, quanto a prática jurídica, numa tentativa de dar resposta a estes conflitos. Para tanto, utilizamos os métodos de pesquisa qualitativa e o exame do discurso jurídico tal como aparece nos processos (principalmente dos advogados dos litigantes). A primeira apoiada sobre o método etnográfico, consistiu na observação das audiências de conciliação no Fórum Central, e nos arquivos da 5ª Vara de Família encontramos os referidos discursos. Após a análise do material coletado (diários de campo e processos) podemos levantar a hipótese de que mesmo encontrando estereótipos um tanto conservadores, observamos que no momento da audiência outros argumentos influenciam na resolução dos processos, ou seja, o uso desse material é diferenciado de acordo com os diferentes espaços do sistema jurídico. Sugerimos que as representações jurídicas não são unívocas ou homogêneas, e que uma compreensão das representações de gênero dentro desse sistema requer uma análise mais profunda. (CNPq-Proj. Integrado).